

ECONOMIA*por Robson Gonçalves**Coordenador de projetos da FGV Projetos e Professor no FGV Management*

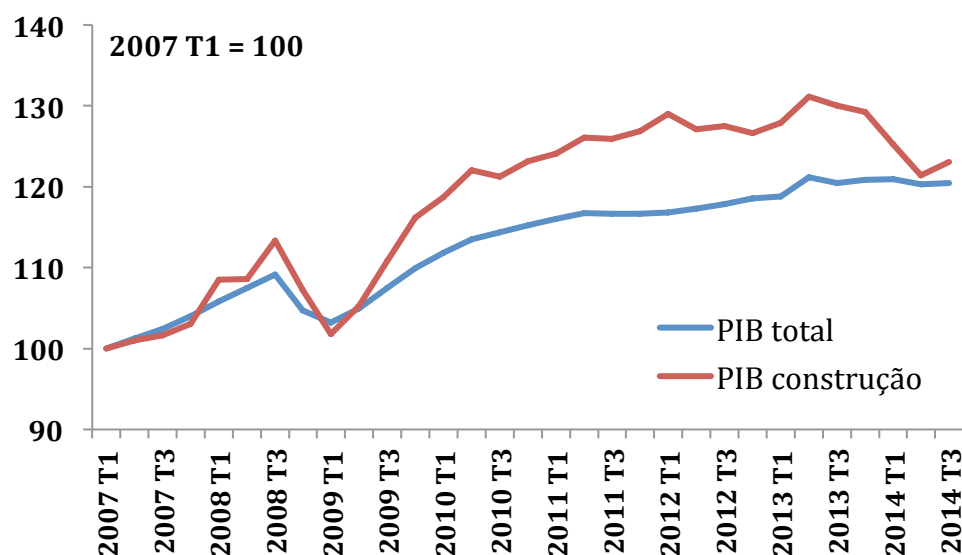
30 DE ABRIL DE 2015

CICLO E TENDÊNCIA NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Dentre as expressões econômicas mais pertinentes para qualquer análise setorial, os termos “pró-cíclico” e “anticíclico” merecem destaque. Traduzindo de forma direta, um segmento da economia é dito pró-cíclico quando as variações em seu nível de atividade acompanham os movimentos da economia como um todo e, em muitos casos, de forma mais intensa. Um segmento anticíclico é aquele que vai bem quando a economia como um todo vai mal e vice-versa.

Como é regra dentre os segmentos que compõem a indústria de base, a construção civil tem, tipicamente, um caráter pró-cíclico. Vai muito bem quando a economia vai bem e muito mal quando a economia vai mal.

**GRÁFICO 1: PIB total e PIB da construção civil
2007-2014**



Fonte: IBGE

Olhando em perspectiva, os anos recentes são um exemplo claro desse comportamento setorial. As taxas de crescimento da construção atingiram a marca de dois dígitos em 2010, passando a desacelerar rapidamente a partir de 2013, movimento semelhante ao observado com o nível de atividade global, só que muito mais intenso (Gráfico 1).

As razões para esse ciclo tão amplo encontram-se nas políticas de estímulo adotadas desde o início da crise financeira internacional, em 2008. A construção civil, sobretudo em seu segmento habitacional, foi fortemente estimulada e reagiu de maneira bastante positiva.

Mais do que isso: o Governo Federal colocou em marcha um ambicioso programa habitacional, o Minha Casa, Minha Vida (MCMV), voltado para reduzir, de forma significativa, o déficit de moradias no País, estimado em mais de 5 milhões de unidades antes do início dessa iniciativa.

Em que pesem eventuais críticas, o MCMV contribuiu tanto para sustentar os níveis de atividade e emprego na construção civil quanto para dar acesso a moradias para milhões de famílias. Em paralelo, o crédito habitacional também estimulou a demanda no chamado “segmento de mercado”, isto é, das famílias com renda acima de cinco salários mínimos de renda mensal – esse é um indicador importante. Durante décadas, o crédito habitacional no Brasil ficou estagnado na marca de 2% a 3% do PIB. Em países mais desenvolvidos, esse indicador chega a 60%. Por conta das medidas de estímulo e, sobretudo, da atuação dos bancos oficiais, liderados pela Caixa, chegamos a honrosos 5,5% do PIB de crédito habitacional. Um prodígio para nossos padrões históricos, mas ainda uma vergonha em termos internacionais.

Graças a tudo isso, entre 2008 e 2013, a construção civil brasileira criou cerca de 1,5 milhão de novos empregos. No mesmo período, Europa e EUA assistiram à queda expressiva do número de empregados no setor e, em ambas as regiões, o nível de emprego ainda hoje permanece abaixo do que foi em 2007.

Essa foi a fase expansiva do ciclo, uma espécie de “Era de Ouro” para a construção habitacional. Mas, desde finais de 2013, diversas nuvens escuras se formaram no horizonte do setor.

De um lado, o segmento de infraestrutura, parcela estratégica da formação bruta de capital, não seguiu os passos da construção habitacional. Em paralelo, os imóveis comerciais começaram a apresentar contínuas quedas de preço. O quadro se agravou ao longo de 2014, com a redução ainda mais intensa do ritmo de atividade da economia como um todo, em um dos anos economicamente mais atípicos de nossa história recente. Copa e eleições foram decisivas para esse caráter incomum.

No segmento de infraestrutura, o ritmo de obras se tornou ainda mais lento à medida que a arrecadação tributária caía e os cronogramas eram dilatados. No segmento habitacional, houve forte retração da demanda: em parte, devido ao esgotamento da capacidade de endividamento das famílias; em parte, por conta da crescente incerteza política.

Como resultado, nos dois primeiros anos de 2015, o nível de emprego na construção civil caiu, contrariando a tendência sazonal de crescimento, típica dos primeiros meses do ano. Mais do que isso, a queda foi vigorosa. Em fevereiro, último deste ano, a construção empregava, em todos os seus segmentos, 3,3 milhões de trabalhadores, uma queda de mais de 278 mil postos de trabalho, em comparação com fevereiro de 2014. Com esse número, o nível de emprego na construção voltou aos patamares de 2011, ano em que o setor ainda crescia de forma intensa.

Descrito o ciclo e caracterizada a desaceleração atual, resta a questão: qual a tendência para o futuro?

A julgar pelo processo de ajuste fiscal em curso e a consequente necessidade de cortar gastos, e considerando a forte queda nos lançamentos no setor imobiliário, não há, no horizonte, perspectivas de recuperação do setor no curto prazo. As projeções realizadas pela FGV Projetos para a ABRAMAT – Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção sugerem um recuo de 6% no nível de atividade setorial em 2015.

A volta do crescimento para a construção civil está fortemente condicionada ao desempenho do segmento de infraestrutura. Muito embora responda por apenas 16% da atividade global da construção, é na infraestrutura que se encontram os maiores gaps em termos de necessidade de investimentos. Além disso, a adequação e a expansão da infraestrutura são vitais para sustentar o crescimento da atividade econômica como um todo, garantindo a redução dos custos das empresas e melhorando nossa condição de competitividade.

Não resta dúvida de que programas como o MCMV estão longe de ter se esgotado, dado o imenso passivo habitacional ainda existente no país. Mas, como visto, já se avançou bastante nesse campo, ao passo que as carências de infraestrutura têm se mostrado crescentes.

Para que esses avanços ocorram, será essencial, nos próximos meses, que o Governo Federal sinalize, de forma clara, a disposição de ampliar os programas de concessão, restaurando o papel das agências reguladoras e oferecendo a estabilidade política e jurídica compatível com maiores ingressos de capital estrangeiro. Só assim algumas das grandes obras de infraestrutura, óbvias demais para serem citadas aqui, poderão sair do papel – e só assim será possível recuperar, de forma sustentada, a tendência de crescimento da construção e da economia como um todo.